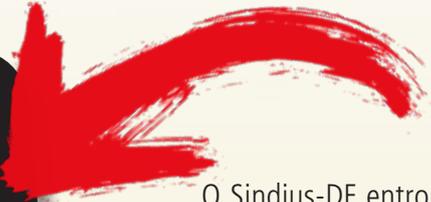


TJDFT divulga esclarecimentos sobre acórdão do TCU e manutenção das vantagens do Art. 193 em virtude de decisão judicial do Sindjus-DF

Graças às decisões judiciais conquistadas pelo Sindjus-DF em relação ao Art. 193, por meio do escritório Ibaneis Advocacia, os filiados do Sindicato que integram o quadro do TJDFT estão livres do novo entendimento do TCU (Acórdão 1.599/2019). Dessa maneira, a opção do artigo 193 está garantida na folha de pagamento dos servidores filiados ao Sindjus-DF.

“Destaca-se que o cumprimento das disposições do mencionado Acórdão (Acórdão 1.599/2019) estão suspensas no TJDFT, no tocante às carreiras representadas pelo Sindjus-DF, tendo em vista o deferimento de tutela provisória recursal nos autos do Agravo de Instrumento nº 10411687.08.2019.01.000 em decisão proferida pela Justiça Federal da 1ª Região”.

Importante recordar que o novo entendimento do TCU sobre essa questão (Acórdão 1.599/2019) subtraía as vantagens do Art.193 das aposentadorias e obrigava a reposição de valores ao erário.



O Sindjus-DF entrou em ação contra esse absurdo, conquistando vitórias judiciais fundamentais, como a tutela provisória recursal no TRF1 e a decisão da Justiça Federal de Primeira Instância – SJ/DF, que determinou que se aplique o entendimento adotado pelo Tribunal de Contas da União nos últimos 14 anos em relação ao Art. 193, que garante o direito dos aposentados.

No entanto, TCU e AGU seguiram ignorando as decisões judiciais obtidas pelo Sindicato, inclusive, pressionando os tribunais para fazer valer o Acórdão 1.599/2019. Novamente o Sindicato acionou a Justiça, conseguindo que o Juízo da 5ª Vara da SJDF determinasse que a União deve, imediatamente, cumprir a decisão judicial nos termos do que foi determinado pelo Poder Judiciário.

Para o coordenador-geral do Sindjus-DF Abdias Trajano, a atuação do Sindjus-DF para garantir as vantagens do Art.193 aos filiados é impecável e trouxe alento e tranquilidade aos aposentados. “A Direção do Sindicato tem atuado incisivamente juntamente com seu corpo jurídico para impedir quaisquer prejuízos aos aposentados no que se refere à perda das vantagens do Art. 193. Estamos atuando em várias frentes para que prevaleça o antigo entendimento do TCU sobre o tema, em nome da segurança jurídica e de outros princípios constitucionais. O Sindjus-DF oficiou não só à presidência do TJDFT, mas a todos os órgãos do Poder Judiciário e MPU informando sobre as decisões da Justiça e requerendo o seu cumprimento”.





Frente Parlamentar Servir Brasil promove videoconferência sobre Reforma Administrativa hoje às 18h30

Nesta quinta-feira (3), o tema Reforma Administrativa domina a agenda de debates dentro da Câmara dos Deputados. A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, conhecida como Frente Servir Brasil, vai realizar hoje, a partir das 18h30, videoconferência sobre o tema "Precarizar as condições de trabalho no serviço público? Debatendo a Reforma Administrativa".

O debate foi convocado pelo presidente da Frente Servir Brasil, professor Israel Batista (PV-DF), e irá reunir especialistas sobre o assunto, como a economista e presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor), Roseli Faria; e a pesquisadora e professora da Universidade Federal de Integração Latino Americana (Unila), Jacqueline Aslan Souen.

O Sindjus-DF convida todos os servidores do Poder Judiciário e do MPU para acompanhar a videoconferência e apresentar sugestões sobre o tema. "É importante que estejamos presentes para fortalecer os debates e argumentos em torno de questões que afetam tão intrinsecamente os servidores

públicos e, especialmente, a qualidade dos serviços entregues aos cidadãos, fazendo a defesa dos servidores e dos serviços públicos e o combate à Reforma Administrativa", pontuou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

Para participar da videoconferência, acesse o link:
<https://www.youtube.com/servirbrasil>

Contraponto

Ainda nesta quinta-feira (3), aconteceu debate promovido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados sobre a Reforma Administrativa. As discussões, que contaram com a participação dos deputados professor Israel Batista e Tiago Mitraud (Novo-MG), foram centradas no fim da estabilidade, alterações dos processos seletivos e no sistema remuneratório.

Na visão do professor Israel, que é contrário ao fim da estabilidade, a proposta contida na PEC 32/2020 irá fragilizar toda categoria. "A perda de estabilidade vai desestruturar completamente o time de servidores públicos. Para nós, é uma questão muito importante a manutenção da estabilidade dos servidores públicos no Brasil", avaliou.

Serviço:

Evento: Videoconferência sobre Reforma Administrativa

Quando: Quinta-feira (03/12)

Horário: A partir das 18h30

Como participar: Acesse o link:

<https://www.youtube.com/servirbrasil>

Sindjus-DF divulga Cartilha da Defensoria Pública no intuito de conscientizar sobre os direitos dos idosos

O Sindjus-DF, que dá muita importância à luta dos aposentados e pelos direitos das pessoas idosas, divulga a Cartilha da Pessoa Idosa, produzida pela Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF). Esse material é muito útil, pois a cada década que passa, a expectativa de vida das pessoas aumenta e as famílias se tornam mais longevas.

A cartilha traz, entre outros, medidas de proteção, políticas de atendimento, crimes previstos no Estatuto do Idoso e cuidados com golpes. É sabido que nesta época de pandemia o número de golpes financeiros cresceu muito. Trata-se de uma parcela da população mais vulnerável, muitos vivem sozinhos e se tornam vítimas fáceis.

O objetivo da cartilha é esclarecer de maneira didática os direitos dos idosos e os deveres do restante da sociedade para com eles. Importante informar que a longevidade é uma garantia constitucional que deve ser respeitada e protegida.

O artigo 230 da Constituição Federal estabelece que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. O Estatuto da Pessoa Idosa assegura aos idosos todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

Segundo a cartilha, mais que um dever constitucional, a proteção aos idosos é um dever moral e social. “A pessoa, à medida que envelhece, deve seguir desfrutando de uma vida plena, independente e autônoma, com saúde, segurança, integração e participação ativa nas esferas econômica, social, cultural e política de suas sociedades”, afirma o texto.



A cartilha também discorre sobre o papel da Defensoria Pública como mediadora e defensora dos interesses da pessoa idosa e difunde meios para que ela possa recorrer em caso de violação de direitos.

“Para o Sindjus-DF, garantir a efetivação dos direitos dos idosos é um dever de todos, pois os mais vulneráveis merecem maior atenção. O Sindicato atua com a mesma determinação para defender seus servidores ativos e aposentados, não fazendo distinção. Todos têm direito, por exemplo, a atendimento jurídico de qualidade. E todos os reajustes e recomposições salariais são defendidos para ativos e aposentados”, afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

Reforma Administrativa deve ficar para 2021, mas nossa luta precisa ser fortalecida agora



Segundo reportagem divulgada pelo Uol nesta quarta-feira (2/12), uma briga política no Congresso Nacional está travando as reformas enviadas pelo governo. Uma batalha de forças entre o atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que luta pela possibilidade de disputar novamente a presidência, e de Arthur Lira (PP-AL), líder do Centrão, tem impedido a tramitação das propostas.

Portanto, ganha mais força a expectativa de que a Reforma Administrativa só venha a ser analisada a partir de fevereiro, depois das eleições internas do Legislativo. O próprio líder da frente parlamentar pró-reforma, deputado Tiago Mitraud (Novo-MG) afirmou não enxergar uma articulação

contundente da base do governo para que a reforma avance neste ano.

“Embora esse cenário dê fôlego à nossa luta, não podemos ficar de braços cruzados. Precisamos continuar em campo atuando firmemente para barrar a Reforma Administrativa e outras ameaças aos serviços e servidores públicos, tais como Pacto Federativo e PEC Emergencial. Devemos encarar essa notícia como uma oportunidade de fortalecer a nossa atuação contra esses ataques. Ganhamos mais tempo para intensificar nossas campanhas, angariar apoios, conscientizar a sociedade”, afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

- Confira abaixo notícia do Uol na íntegra:

Brigas travam reformas, e governo considera que o que vier é lucro em 2020

Brigas políticas tanto no Congresso como dentro do governo federal, além da falta de empenho pessoal do presidente Jair Bolsonaro, travam reformas e medidas de ajuste econômico no Legislativo. Na avaliação de congressistas e integrantes do governo ouvidos pelo UOL, o que for aprovado até o final do mês é lucro para o Planalto e a equipe econômica. À espera de análise e votação estão a reforma tributária e a reforma administrativa, além da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, por exemplo.

O governo tem como prioridade ainda uma proposta sobre negociação de dívidas de estados e municípios com a União, o uso de R\$ 177 bilhões de fundos públicos para combater a pandemia e o substituto do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Nenhum item foi aprovado por completo no Congresso até o momento.

Entre os parlamentares, a análise é que a articulação para a aprovação dessas pautas agora está entre os “profissionais da política”. Isso porque há interesses opostos em jogo den-

tro da Câmara visando as eleições para a Presidência e a Mesa Diretora da Casa, marcadas para fevereiro de 2021.

Governistas alegam que já indicaram as pautas prioritárias e estão dispostos a votá-las, mas o atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), estaria segurando a pauta. Aliados de Maia, porém, afirmam que é o líder do centrão, Arthur Lira (PP-AL), que busca frear votações e enfraquecer Maia de olho na cadeira de presidente da Câmara.

Segundo eles, Lira não quer permitir que o rival se cacife como “o pai das reformas” e emplaque o próprio sucessor. A percepção de parte dos parlamentares é que o governo também quer, em público, jogar a responsabilidade pelo eventual fracasso das pautas econômicas no colo do Congresso numa tentativa de não se comprometer politicamente. Há pontos impopulares nos textos.

Ambos os grupos reconhecem que o ano legislativo está no final e não será possível aprovar projetos que contemplem a todos. Portanto, há quem defenda que Maia paute as propostas e estas sejam decididas voto a voto. Dessa forma, as votações seriam até uma espécie de teste para observar quem se articula melhor e consegue aprovar mais pautas, ganhando musculatura para disputar a Presidência da Câmara.

Proposta de reforma tributária incompleta

Nas últimas semanas do ano, aliados de Maia dizem tentar emplacar a reforma tributária. O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu há mais de um ano enviar ao Congresso quatro partes da proposta. Em julho, enviou a primeira. Desde então, os deputados pedem as outras etapas.

Além do texto de Guedes, os parlamentares esperam pelo relatório de Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), prometido para setembro e não entregue. Há expectativa de que Aguinaldo apresente o relatório ainda em dezembro.

Em entrevista ao UOL, nesta semana, Maia cobrou o governo por mais empenho e definições claras perante as pautas econômicas. Quanto à reforma tributária, disse conseguir votos suficientes para aprovar a reforma sem a ajuda do governo federal.

Oposição

Líder da maior bancada da Câmara, Enio Verri (PT-PR) afirma que os 54 deputados petistas apoiam a discussão do projeto tributário desde que contemple temas como tributação progressiva, grandes fortunas e o imposto sobre heranças.

Apesar de ser de interesse do governo, o tema é sensível em diferentes ministérios da Esplanada. Ao comentar a eventual flexibilização do texto para contemplar a esquerda, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, disse que o governo não apoiará uma reforma “socialista”.

Reforma administrativa: só ano que vem

A reforma administrativa foi entregue pelo governo ao Congresso em setembro e, desde então, pouco andou. Líder da frente parlamentar sobre o tema, deputado Tiago Mitraud (Novo-MG) diz não ver uma articulação contundente da base do governo para que a reforma avance neste ano nem tem expectativa que Bolsonaro se envolva nas articulações.

A previsão é que a reforma administrativa só comece a ser analisada na Câmara a partir de fevereiro, após as eleições internas do Legislativo. A partir de então, Mitraud estima serem necessários pelo menos mais três meses para que possa ser aprovada na Casa.

Disputas políticas, eleições e falta de empenho

Na avaliação dos parlamentares ouvidos pelo UOL, vários fatores emperram o andamento das reformas econômicas e medidas de ajuste fiscal neste final de ano. O primeiro é a briga relacionada às eleições internas da Câmara de fevereiro de 2021.

Outro fator é que a pandemia de coronavírus fez com que as atividades presenciais e deliberativas da maioria das comissões fossem suspensas desde março. Dessa maneira, os debates minguaram e negociações não fluíram. Há pedidos para que algumas comissões voltem a funcionar. No entanto, não há consenso e qualquer tentativa é travada.

O tempo dos políticos dedicado às eleições municipais também fez com que o Congresso perdesse ao menos um mês de discussões e votações neste segundo semestre. Fora os parlamentares que se lançaram candidatos, os demais se dedicaram a fazer campanha para aliados nas bases eleitorais.

A avaliação de parlamentares, inclusive governistas, é que houve ainda falta de empenho pessoal do presidente Bolsonaro (sem partido) para fazer as reformas andarem. Segundo relatos à reportagem, o presidente até pediu que os parlamentares do centrão toquem as propostas econômicas nessas últimas semanas, mas a movimentação é tida como tardia e insuficiente.

Tributos não pagos no Brasil equivalem a uma Reforma da Previdência

Estudo inédito divulgado em novembro pela Rede de Justiça Fiscal (Tax Justice Network) aponta que o Brasil deixa de arrecadar, por ano, em tributos não pagos por multinacionais e milionários, o equivalente à economia média anual esperada pelo governo com a Reforma da Previdência.

Segundo estimativas contidas no documento – intitulado “O Estado Atual da Justiça Fiscal. 2020: Justiça fiscal em tempos de Covid-19” -, **deixam de ser recolhidos pelo país, anualmente, US\$ 14,9 bilhões em média (cerca de R\$ 79 bilhões ao câmbio atual). A economia estimada pelo governo federal com a Reforma da Previdência é de R\$ 800,3 bilhões em uma década, o que resulta em uma média anual de R\$ 80 bilhões.**

De acordo com o estudo, o Brasil é o quinto país do mundo que mais perde tributos devido à elisão (uso de manobras lícitas para evitar o pagamento de taxas, impostos e outros tributos) e evasão fiscal por multinacionais e pessoas ricas. O Brasil fica atrás apenas dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e França, conforme o estudo.

O levantamento da Rede de Justiça Fiscal foi realizado com base nos dados dos chamados relatórios país a país, colhidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nos últimos cinco anos, como parte da iniciativa Beps (Erosão da base tributária e transferência de lucros tributáveis, na sigla em inglês).

Em todo o mundo, **são US\$ 427 bilhões (R\$ 2,3 trilhões) em tributos perdidos, conforme as estimativas**

da pesquisa, sendo US\$ 245 bilhões devido à transferência legal ou ilegal de lucros de multinacionais para paraísos fiscais e US\$ 182 bilhões não pagos por milionários que escondem ativos e rendimentos não declarados no exterior.

Nos relatórios, todas as multinacionais com sedes em países da OCDE e que obtenham lucro acima de 750 milhões de euros (R\$ 4,7 bilhões) por ano são obrigadas a reportar seus registros financeiros, com dados para cada país em que a empresa atua.

“Esse estudo prova que há diversos caminhos para promover o desenvolvimento do País de forma efetiva. Não há necessidade alguma de sucatear os serviços públicos e atacar os servidores, retirando direitos e congelando salários. A solução para recuperar a economia brasileira passa pelo fortalecimento do funcionalismo, pela priorização de um Estado forte, capaz de suprir as necessidades da população. Ao contrário de Reforma Administrativa, o governo precisa fazer uma Reforma Tributária justa, uma Reforma Política decente, bem como rever o pensamento neoliberal do Estado Mínimo que tem afundado o Brasil”, afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

